

## **Debate acerca do Mapeamento Participativo como possível ferramenta ao fortalecimento da identidade indígena.**

Maria Elisa Tosi Roquette e Gisele Girardi

*Universidade Federal do Espírito Santo<sup>1</sup>*

Eixo temático: Población, turismo e identidad cultural.

A comunidade Chapada do A, em Anchieta, Espírito Santo, se identifica como indígena, ressaltando que na seção dos povos tradicionais da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, a identidade indígena é garantida uma vez que basta a autodefinição para que se assegure o direito à sua identidade. O Espírito Santo, por sua vez, teve o início do processo de desenvolvimento industrial iniciado nos anos 1970 e tal processo perdura, frente aos investimentos previstos para os tempos atuais e futuros. Tal comunidade se vê inserida nesse processo de industrialização diante da possibilidade de implantação de uma indústria siderúrgica na região, acarretando a perda de seu território. Vale salientar que já há uma indústria de pelotização de minério de ferro instalada nas proximidades da comunidade há aproximadamente 35 anos.

A leitura acerca da identidade territorial permite entender que a questão vai além do direito à diferença e corresponde também a um movimento de resistência perante uma sociedade onde relações e valores são fortemente vinculados a acumulação do capital. E ainda, que a filiação territorial pode ser ativada como mecanismo de reivindicação política. Nessa direção, uma outra compreensão do desenvolvimento que leve em consideração a dimensão territorial pode permitir que se busque 'maior justiça social'.

O presente trabalho pretende discutir o mapeamento participativo como possível instrumento de fortalecimento do processo identitário, pressupondo que os referenciais concretos reforçam o poder simbólico e, em consequência, na construção da identidade territorial. Foi realizada uma revisão bibliográfica com foco principal em mapeamento participativo realizado ao redor do mundo e acerca de identidade territorial e autonomia.

Palavras-chave: território, identidade territorial, mapeamento participativo, comunidade indígena, desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Esse texto deriva de pesquisa de mestrado vinculada ao Programa Pós-graduação em Geografia e à linha de pesquisa Mapeamento Participativo do grupo de pesquisa CNPq POESI – Política Espacial das Imagens Cartográficas.

## INTRODUÇÃO

A comunidade Chapada do A, em Anchieta, Espírito Santo, se identifica como indígena, ressaltando que na seção dos povos tradicionais da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, a identidade indígena é garantida uma vez que basta a autodefinição para que se assegure o direito à sua identidade. O Espírito Santo, por sua vez, teve o início do processo de desenvolvimento industrial iniciado nos anos 1970 e tal processo perdura, frente aos investimentos previstos para os tempos atuais e futuros. Tal comunidade se vê inserida nesse processo de industrialização diante da possibilidade de implantação de uma indústria siderúrgica na região, acarretando a perda de seu território. Vale salientar que já há uma indústria de pelotização de minério de ferro instalada nas proximidades da comunidade há aproximadamente 35 anos.

A leitura acerca da identidade territorial permite entender que a questão vai além do direito à diferença e corresponde também a um movimento de resistência perante uma sociedade onde relações e valores são fortemente vinculados à acumulação do capital. Não se deve perder de vista que a identidade, assim como os processos de territorializações são dinâmicos e que, vão desde configurações mais essencializadas àquelas de caráter mais fluido. As identidades, e neste caso indígenas, sempre existiram e estiveram presentes, manifestam-se material ou simbolicamente no cotidiano daqueles que residem na comunidade da Chapada do A. Num contexto de relações de poder, de lutas, as identidades são mobilizadas e, dessa forma, a filiação territorial pode ser ativada como mecanismo de reivindicação política.

O mapeamento participativo se mostra como uma ferramenta potente de fortalecimento de identidades uma vez que permite a espacialização dos anseios, conflitos e desejos da comunidade e esta, possa assim, reivindicar suas terras, tornar visível o uso que delas fazem, apontar para as regiões de invasões do território, de uso de recursos, lugares sagrados dentre, lugares que requerem maior proteção, dentre outros atributos físicos ou imateriais. No entanto, o mapeamento participativo não é isento de obstáculos. Questões acerca da visibilidade dada aos acontecimentos e à própria população, posse, privacidade e acesso aos dados, tecnologias utilizadas, preservação da cultura, empoderamento, dentre outros, ainda estão a evoluir.

## DESENVOLVIMENTO, (PÓS) MODERNIDADE E MUNDIALIZAÇÃO

“Estes *projetos* (ArcelorMittal, Fibria e Samarco Mineração) viabilizaram o *desenvolvimento* da logística de transportes, impulsionaram *novos setores econômicos*, e *fortaleceram os arranjos produtivos locais...*”<sup>2</sup>.

A frase acima traduz o entendimento comum e generalizado do que seja desenvolvimento, ou seja, *sinônimo de modernização*, fazer crescer, desenvolvimento econômico (SOUZA, 2002). Ainda, relacionando o tema modernidade (e desenvolvimento) com espaço, Haesbaert (2009) também aponta que o debate tem sido conduzido em via de mão única, um processo onde se tem o destaque das novas técnicas, novas relações sociais, grandes projetos, como identidade de um processo de transformação espacial comprometida com a noção de avanço e progresso.

Contudo, o autor chama atenção para o fato de que:

“[...] Este sentido de modernidade, no entanto, parece bastante estreito, pois se posta, deliberadamente a evidenciar apenas um lado da questão. Assume, assim, um compromisso direto e imediato com um certo tipo de renovação (“progresso”, evolução) a partir de um ponto de vista estabelecido *a priori*, procurando ocultar todos os demais” (HAESBAERT, 2009, p. 79).

Embora Haesbaert (2009) não proponha uma quebra com o pensamento moderno, mas a incorporação de outros fatores para a compreensão do espaço na modernidade, o pensamento acima vai ao encontro à proposição de Vattimo (1992) mesmo que, para este, em alguns aspectos, a modernidade acabou. Um dos aspectos que Vattimo destaca é a ruptura com a ideia de história única, o ponto de vista (estabelecido *a priori*) do qual Haesbaert chama atenção.

Segundo Vattimo (1992), foi com o fim do colonialismo, com a transformação radical do imperialismo europeu e através da multiplicação da comunicação – *mass media* – que a sociedade passa à pós-modernidade. Muito embora, para muitos, de acordo com Ortiz (1994), ao aproximarem as pessoas, as tecnologias de informação estariam a contribuir para uma homogeneização de hábitos e pensamentos. No entanto, Vattimo (1992) entende o acesso ao *mass media* como uma possibilidade de libertação das diferenças, uma forma de se apresentarem e conhecerem as realidades dos diversos sistemas, culturas plurais (VATTIMO,

---

<sup>2</sup> [http://www.anchieta.es.gov.br/mat\\_vis.aspx?cd=6535](http://www.anchieta.es.gov.br/mat_vis.aspx?cd=6535)

1992). Ou pode-se entender ainda que, o “resultado da crescente intensidade do contato e da comunicação (...) é produzir um entrechoque de culturas, que pode levar a tentativas mais intensas de delinear as fronteiras” e dessa forma a própria globalização estaria produzindo o pós-estruturalismo. (FEATHERSTONE, 1997, p. 158).

Nesse sentido, de preservação das (possibilidades de) visões de mundo e entendimento de cultura no plural, ou seja, não homogênea em um mundo dito global, o pensamento de Vattimo e Ortiz são congruentes. Para Ortiz (1994) a categoria “mundo” implica na existência de “visão de mundo”, um universo simbólico específico à civilização atual. E implica também na convivência de distintas visões de mundo, onde entre elas existem hierarquias, conflitos e acomodações (ORTIZ, 1994). Dessa forma, “uma cultura mundializada não implica o aniquilamento das outras manifestações culturais, ela cohabita e se alimenta delas” (ORTIZ, 1994, p. 27). Para Ortiz (1994), o termo global, que carrega uma ideia de unicidade, não deve ser aplicado às questões culturais. Já o termo mundial, traz consigo uma noção de totalidade, não de homogeneidade, pois permeia o conjunto das manifestações culturais, é um fenômeno que para existir, deve se enraizar e localizar-se nas práticas cotidianas humanas (ORTIZ, 1994). Tal fenômeno se aproxima do que Featherstone (1997) denomina de hibridização ou crioulização da cultura, ou seja, os significados de bens, informações e imagens externas em sua origem que podem ser retrabalhadas e sincretizadas às tradições locais, modos de vida e cultura já existentes.

Abaixo serão expostas noções acerca da identidade e processos de territorialização que, mesmo em vista à globalização, não se pretendem homogêneas, mas sim dinâmicas, em curso, rompendo com a ideia de história e visão única de mundo.

## IDENTIDADE TERRITORIAL

Segundo Haesbaert (2007), território corresponde ao conceito que apreende a dimensão política ou relacionada às relações de poder. É, portanto, uma das principais dimensões do espaço geográfico, se caracterizando então por um *continuum* entre *dominação concreta e funcional e apropriação cultural-simbólica* (HAESBAERT, 2004). Para Souza (1995), a noção de poder também está associada ao território, logo, para o autor, este corresponde a um campo de forças, espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

O território, portanto se configura por suas dimensões materiais e imateriais, funcional e simbólica. Para que a concepção de território atenda melhor à realidade contemporânea, Haesbaert propõe uma superação dos dualismos como espaço-tempo, fixação-mobilidade, funcional-simbólico. Aponta-se, nesse direcionamento, uma compreensão a partir da perspectiva relacional e processual, de múltiplas temporalidades e velocidades nas quais pode ser constituído, e segundo uma conjugação entre ou num continuum que vai de territórios mais funcionais àquele com maior carga (ou poder) simbólica(o) (HAESBAERT, 2007).

A identidade também é dotada de dinâmica, podendo ser compreendida como processo de identificação, identificação em curso. Ainda, relaciona-se com seu conceito complementar, *diferença*, pois, *identificar-se com* significa também diferenciar-se, um processo reflexivo, dialógico, produzido em relação ao “outro” (HAESBAERT, 1990, 2007). Portanto, por se definir em relação a outras identidades e por seu caráter simbólico, a identidade é sempre múltipla e está aberta a múltiplas interpretações (HAESBAERT, 1990, 2007).

Por outro lado, embora o termo *desterritorialização*, frente a um mundo de extrema globalidade, esteja em foco, não deve-se confundir “o *desaparecimento dos territórios com o simples debilitamento da mediação espacial nas relações sociais*” [grifo do autor] (HAESBAERT, 1999, p. 171) sendo mais apropriada uma compreensão sobre território que vai de um sentido mais aberto e múltiplo da “multiterritorialização” aos processos denominados de “reclusão territorial”, sendo que tais processos podem ocorrer de forma concomitante e articulada e, em paralelo, como sua constituinte, as identidades se expressam desde as mais híbridas, ou fluidas, até as mais rígidas ou (re)essencializadas (HAESBAERT, 2007).

Por conseguinte, entende-se por identidade territorial:

“Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta *identidade parte do ou transpassa o território*”. (HAESBAERT, 1999, p. 178).

O poder simbólico, que mobiliza e é mobilizado pela identidade social, por ser sutil em sua manifestação e de maior dificuldade para ser reconhecido é, muitas vezes, mais forte que o poder “objetivo”, no entanto, os referenciais concretos/espaciais (no presente ou passado) que

são referências para construção da identidade dão mais consistência e reforçam o poder simbólico (HAESBAERT, 1999, 2007). Um espaço geograficamente unido, como a configuração da paisagem, de construções e de pessoas investidas com memórias coletivas, sedimentado por sentimentos simbólicos, tem poder para gerar um senso comunal e representar uma forma de laço simbólico, encarnando as afiliações locais que as pessoas possuem (FEATHERSTONE, 1997). Assim, espaços e tempos, geografias e histórias compartilhadas pelos habitantes de um território são reconstruídos no processo que molda sua identidade territorial como grupo, participantes de uma sociedade e espaço comuns (HAESBAERT, 2007).

## ANCHIETA E CHAPADA DO A

O município de Anchieta, litoral sul do Espírito Santo, dista em aproximadamente 82km de Vitória, em 2010 sua população totalizava 23.860 habitantes, já em 2000, o contingente populacional era 19.176 (IBGE, 2012).

O PIB de Anchieta obteve um dos maiores crescimentos entre o período de 2002 e 2005, cerca de 139% e chegou ao valor de R\$ 1.233.153 em 2007, correspondendo a 2,04% do PIB do Espírito Santo. O setor secundário, com destaque para a empresa Samarco Mineração, é de grande relevância na economia do município, responsável por 70,35% desta, estando em seguida os setores terciário e primário, a corresponder com 26,98% e 2,68%, respectivamente para a economia municipal (IJSN, 2011). Quanto aos investimentos futuros previstos para o estado, a siderúrgica CSU é o empreendimento de maior investimento previsto para o período entre 2011 e 2016 (IJSN, 2012).

No entanto, na área prevista para sua implantação, encontram-se duas comunidades: a comunidade de Monteiro, que já negociou a saída com a empresa responsável, e a comunidade de chapada do A, que se mostra resistente à saída e possui um processo em tramitação de reconhecimento da área como território indígena.

“Segundo a vice-presidente da Associação de Moradores da Chapada do A, Richeli Maia, a região é povoada por descendentes de indígenas que se recusam a deixar suas terras para a construção da CSU/Vale. A empresa já possui 20% das terras do

município e quer construir onde hoje existem as comunidades Chapada do A e Monteiro”.<sup>3</sup>.

Ainda, segundo o relatório realizado pela seção local Vitória, da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB – Vitória, 2011), é clara a insatisfação dos moradores quanto a própria prefeitura de Anchieta que, mesmo frente à vontade de permanência dos residentes da Chapada do A, sinalizava que não faria mais investimentos na região, uma vez que eles seriam realocados futuramente, de forma a subestimar a capacidade de luta dos moradores.

É importante aqui ressaltar que a identidade indígena não foi reconhecida pela comunidade somente no período em que se vira frente a processos que, de alguma forma, ameaçaram seu território e modo de vida. A identidade indígena já era por eles reconhecida, no entanto, não precisava ser mobilizada, pois não havia ali uma disputa de poderes.

#### (RE) ESSENCIALIZAÇÃO TERRITORIAL E OUTRAS PERSPECTIVAS

Perante o processo de ampliação dos meios de comunicação e mobilidade, como explicitado anteriormente, a questão da identidade retoma o foco, pois paralelo a um pretensa perda ou diluição das fronteiras, as identidades tornar-se-iam transfronteiriças ou perder-se-ia os laços de filiação e identidade.

Porém, o “apegar-se a terra” e a “reterritorialização” é um processo que ganha força face aos processos de desigualdade social e exclusão (HAESBAERT, 1999). E mesmo as diferenças e discursos internos podem ser esquecidos perante disputas inter-regionais, mobilizando os símbolos comunais, de forma a subordinar as particularidades a uma comunidade maior (FEATHERSTONE, 1997). Vale salientar que não é em direção a uma eliminação de poderes, pois, segundo Haesbaert (2007) este é múltiplo, difuso e multifacetado, não se restringindo à figura do Estado e às classes dominantes.

A identidade ressurge na tentativa de “resistir ao sem sentido de uma sociedade mercantilizada e onde tudo é passível de transformar-se em valor contábil, ou seja, onde a primazia das relações e dos valores

---

<sup>3</sup> < [http://www.seculodiario.com.br/old/exibir\\_not.asp?id=8221](http://www.seculodiario.com.br/old/exibir_not.asp?id=8221) >

sociais está vinculada a acumulação de capital (HAESBAERT, 1999, p. 170)".

A (re)essencialização territorial, a busca às raízes, não deve ser entendida somente como um processo de resistência identitária, como nos movimentos neonacionalistas (HALL, 1996 apud HAESBAERT, 2007), mas são fruto de "espaços de exclusão" criados pelos circuitos da globalização (HAESBAERT, 2007).

Um outro entendimento, proposto por Souza (2002), acerca do desenvolvimento, reforça a importância salientada por Featherstone (1997) de que é preciso perceber que o processo de modernização não deve ser entendido como uma única via capaz de mudança nas localidades. Para Souza (2002), desenvolvimento está relacionado a uma "mudança social positiva", com a qual se pretende uma melhor qualidade de vida e maior justiça social e, ainda, deve contemplar o território (ou, antes, o espaço), normalmente negligenciado, para além do caráter social. Neste sentido, reconhece-se o *desenvolvimento sócio-espacial*, e entende-se o espaço como substrato material e território, ou seja, fonte de recursos, localizações, arena e referencial simbólico e identitário (SOUZA, 1995; 2002). Tal abordagem vai ao encontro do pensamento de Haesbaert (2009, p. 99), quando o mesmo chama a atenção para o fato de que, embora "a racionalidade *strictu sensu* tem um compromisso intencional com a funcionalidade, com a maximização das eficiências e a racionalização dos usos", é preciso compreender que a *múltipla interação* tanto da *dimensão produtiva/disciplinar* quanto da *simbólica, intrínsecas à espacialidade* (social), são indispensáveis para compreender o *processo de territorialização* das sociedades.

Dessa forma, o conceito de território que por longo período esteve relacionado ao Estado \_ incumbido de gerir o território nacional\_ a fim de legitimá-lo, pode ser liberto dessa ideologia conservadora, a par da compreensão de desenvolvimento proposta por Souza (1995, 2002), na qual a ideia de autonomia tem valor central. Nesse sentido, entende-se, portanto, como autonomia "a capacidade de um grupo de 'dar a si próprio' a lei", ou seja, autogerir-se, autogovernar-se (SOUZA, 2009). A autonomia é um fenômeno tratado em duas escalas que presume a liberdade de escolha, ora individual, ora quanto às decisões referentes à uma coletividade, na qual, deve-se conferir igualdade de chances para todos os envolvidos no processo decisório (SOUZA, 2002; SOUZA, 2006). Por outro lado, a heteronomia significa a imposição de leis, regras e normas de uma minoria para uma maioria, de forma a caracterizar uma estrutura social assimétrica, ou seja, entre dirigentes e dirigidos (SOUZA, 2002), forma de poder predominante nos dias atuais.



Portanto, a autonomia territorial se dá quando uma coletividade, onde todos se encontram em situação de igualdade durante processos decisórios, acordem sobre as regras de organização do espaço (SOUZA, 2006) e rumem ao processo de desenvolvimento cujos fins são maior justiça social e melhor qualidade de vida (SOUZA, 2002).

Faz-se necessário entender que existem “graus de autonomia” e que a autonomia deve ser tratada como um horizonte teórico-filosófico a ser continuamente perseguido. E ainda, que a eficiência econômica deve ser encarada como um meio a serviço da melhoria da justiça social e da qualidade de vida, e estes, devem ser considerados os fins almejados pelo desenvolvimento (SOUZA, 2002).

Dessa forma, o mapeamento participativo pode se configurar como uma ferramenta que auxilie comunidades locais na busca pela autonomia territorial, uma vez que se inserem nos processos de tomada de decisões sobre seus próprios territórios, permitindo que as populações se engajem em conjunto no levantamento, análise e solução de conflitos. Vale salientar que os primeiros mapeamentos participativos indígenas tiveram início no Canadá e Alaska, onde os governos pretendiam incorporar os povos indígenas nas populações ditas comuns e implantar grandes projetos em seus territórios. Tais populações obtiveram significativos avanços em relações à essas questões com o auxílio e implementação de tais metodologias.

## MAPEAMENTO PARTICIPATIVO (MP)

O mapeamento participativo é um termo geral usado para definir um conjunto crescente de ferramentas técnicas que podem auxiliar comunidades a decidirem sobre o uso das terras, para tanto, é necessária a acumulação de informações e mapeamento espacial para ajudar as comunidades a aprender, discutir, construir consenso e tomar decisões sobre suas comunidades e recursos associados (NOAA, 2009). Além das características físicas retratadas nos mapas tradicionais, quase tudo que possui valor à comunidade pode ser expresso em termos espaciais e representado em um mapa participativo, incluindo características sociais, culturais e econômicas (NOAA, 2009). Portanto, o mapeamento participativo eleva o envolvimento de informantes-chave e fornece um meio para os participantes expressarem suas ideias em um formato visual facilmente compreensível (NOAA, 2009). Vale salientar que o processo para a

criação dos mapas é tão importante quanto o próprio mapa, uma vez que os participantes se veem mais engajados do que seria de uma outra forma (NOAA, 2009).

Entre os propósitos do mapeamento participativo tem-se uma forma de exercício a fim de permitir a exploração de uma ampla gama de questões, permitir que as pessoas explorem e troquem ideias gerais sobre suas áreas, indicar áreas de preocupação e interesse que devem ser investigadas em exercícios posteriores e explorar soluções possíveis para os problemas (ROLEY e GANT, s.d.). Além disso, o mapeamento participativo pode fornecer, simultaneamente, uma forma de engajar stakeholders próximos e distantes, informação local objetiva, conhecimento tradicional e práticas das comunidades, informação sobre como as comunidades percebem, valorizam, e usam recursos, uma ferramenta valiosa para apoiar tomadas de decisões e ferramentas tanto gráficas quanto de comunicação de fácil compreensão (NOAA, 2009).

Em relação à gestão de recursos naturais, as finalidades do mapeamento participativo incluem uso da terra e planejamento de recursos e gestão, conservação da vida selvagem, identificação de posses e direitos, negociação de limites e usos de recursos, resolução de conflitos, e monitoramento e avaliação participativa (CHAMBERS, 2006). No entanto, o MP tem sido utilizado para uma grande variedade de outros propósitos, alguns dos quais podem combinar com ou complementar usos para gestão de recursos naturais e conhecimento indígena cultural. Alguns deles são: mapeamento social, mapeamento de saúde, mapeamento de mobilidade, educação, mapeamento na reflexão de círculos para capacitação, água e saneamento, mapeamento agrário, prevenção de crime, calibração e correção de um censo, monitoramento e avaliação participativa (CHAMBERS, 2006).

Dentre as diversas aplicações e campos, o uso de MP é importante uma vez que auxilia a criar mapas que representam recursos, riscos, valores comunitários, de uso, percepções, ou cenários alternativos, agregar conhecimento e práticas tradicionais e para coletar informação (de riscos, ambiental, socioeconômica, uso de visitantes) para avaliações ou monitoramento, identificar falta de dados, informar outros métodos de coleta de dados, avaliar programas, planos e atividades existentes, facilitar processos de tomada de decisão, auxiliar na coleta de dados para pesquisa, empoderar stakeholders realizar análises de tendência, educar stakeholders sobre questões e interrelações de recursos fora de suas áreas de interesse imediato (NOAA, 2009).

## MAPEAMENTO PARTICIPATIVO INDÍGENA E SUAS FORMAS NO MUNDO

Segundo Chambers (2006), o mapeamento e várias formas de representação espacial por populações locais, por conta própria, têm uma longa história, e muito provavelmente uma pré-história. No entanto, o mapeamento facilitado por pessoas de fora *\_outsiders\_* é mais recente.

O mapeamento indígena teve início no Canadá e Alaska nas décadas de 1950 e 1960, sendo que a década de 1960 correspondeu ao período quando eles começaram a reagir fortemente contra tentativas persistentes do governo em assimilá-los na população canadense geral e impor um número de megaprojetos em suas terras (CHAPIN et. al., 2005). Portanto, o mapeamento fazia parte de estudos mais amplos, a fim de documentar o uso e ocupação da terra e com o propósito de negociar os direitos aborígenes (CHAPIN et. al., 2005).

O método utilizado então foi denominado de “mapa biografia”, utilizado nos estudos iniciais. Weinstein (1993, apud CHAPIN, 2005, p. 624) descreve as características básicas do método:

“[...] O método documenta a localização das atividades ao invés do sucesso. [...] Um perfil do uso da terra de uma comunidade inteira foi então construído pela agregação de informação do mapa biografia. O limite externo estabelece a área total usada, dentro da memória viva. E a densidades das linhas fornece uma estimativa grosseira da intensidade espacial de uso pela população como um todo”.

O mapeamento em outras partes do mundo foi desenvolvido de forma independente das experiências do Canadá e EUA, com diferentes metodologias. O mapeamento de grupos tribais e étnicos no sudeste asiático, África e América Latina somente começaram no início dos anos 1990 e, o propósito inicial, como no Canadá e Alaska, era produzir documentação para reivindicação de terras (CHAPIN et al, 2005). O trabalho nessas áreas foi com agricultores de economia mista, ao contrário dos grupos de caçadores, coletores e pescadores do Canadá e Alaska e foi fortemente influenciado, ainda que muitas vezes indiretamente, pelas metodologias participativas de campo sendo desenvolvidos pelo diagnóstico rápido participativo e abordagens similares. Enquanto que alguns praticantes mantiveram sua abordagem simples, com mapas-croquis da comunidade no papel ou no chão, outros se aventuraram em adicionar técnicas cartográficas como transectos, leituras de bússola e modelagem, e procuraram produzir mapas que eram ricos tanto em conhecimento local quanto georreferenciados (CHAPIN et al, 2005).

Nos Estado Unidos da América, a maioria das tribos indígenas ultrapassou os modelos mais participativos e com base nos informantes, e foram direto a metodologias mais sofisticadas ao passo que estavam sendo desenvolvidas durante a década de 1990, de forma que eles não produziram um conjunto de termos que os separam do trabalho de mapeamento não-indígena (Chapin, 2005).

Dentre as formas de mapeamento tem-se o que Little (2006) denomina de mapas dos indígenas, ricos em informações e que representam, de forma gráfica, a cosmografia de um povo:

“[...] como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. [...] inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (LITTLE, 2006, p,31).

No entanto, a disseminação e uso de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) em mapeamentos participativos vem crescendo vertiginosamente (ABBOT et al, 1998; CHAMBERS, 2006; CHAPIN et al, 2005), principalmente para a junção de informações espaciais e tomada de decisão (RAMBALDI e CALLOSA-TARR, 2001). Deve-se, portanto, atentar-se para a questão da *tradução geográfica*, ou seja, a comunicação [de termos espaciais, ao invés de verbais] de um conjunto de medidas cultural-específicas para outro (BELYEA, 1992, p. 270). Além desse fator, Abbot et al (1998) atentam para o fato de que pode existir a possibilidade de que o planejamento de desenvolvimento de cima-para-baixo (top-down) seja reforçado, isso porque os aparatos para o uso do SIG requerem elevado nível de conhecimento técnicos.

Dessa forma, o SIG participativo é uma “tentativa de utilizar a tecnologia do SIG no contexto das necessidades e capacidades de comunidades que se envolverão com e serão afetadas por projetos e programas de desenvolvimento e [...] capturar o conhecimento local e combiná-lo com informações espaciais mais tradicionais é, então, o objetivo central” (ABBOT et al, 1998).

## POSSIBILIDADES

Para Palmer (2012), os sistemas de conhecimento indígenas e científico são combináveis, pois ambos são abertos, dinâmicos e em constante mudança, de forma que o SIG pode servir como uma interface tecnológica para o desenvolvimento do que tem sido chamado de “ciência híbrida”, através de processos convergentes que unem tais sistemas. O que o autor chama então de “Redes de Informação Geográficas Indigitais” (Indigital Geographic Information Networks - iGIN) é um “neologismo que descreve um amálgama entre sistemas de conhecimento indígenas, científico e tecnológico, e tal combinação é caracterizada como fragmentária incompleta e repleta de incertezas”, mesmo porque o conhecimento geográfico indígena é aberto, dinâmico e sujeito à mudança (PALMER, 2012), assim como o conhecimento tecnológico está em constante evolução. Dessa forma, o trabalho do autor, de incorporar as narrativas e seus conhecimentos geográficos num SIG é uma possibilidade da união deste conhecimento com sistemas de informação geográficas (PALMER, 2012).

Tem-se também o trabalho desenvolvido por Rambaldi e Callosa-Tarr (2001), no qual através do uso de modelagem participativa 3D, construiu-se um modelo de relevo onde participaram diferentes setores da sociedade civil. Tal modelo contém informações detalhadas e espacialmente definidas de uso e cobertura da terra, populações, comunicações, infraestrutura social, lugares sagrados, dentre muitas outras características. Dessa forma, o produto é completo, porém, para posterior discussão sobre uso de recursos, distribuição e acesso, para análise e planejamento participativos o modelo é então transferido a um SIG, através do uso de um grid em escala e de transparências (RAMBALDI E CALLOSA-TARR, 2001).

Por sua vez, Teixeira et al (2013) realizaram oficinas participativas de mapeamento mental do conhecimento ecológico tradicional de pescadores (divididos em grupos de acordo com o sistema de pesca) acerca do fundo marinho, nas quais foram utilizadas mapas base com diversas informações e transparências. Os resultados de cada grupo eram analisados por todos os participantes através da superposição das transparências, possibilitando destacar as coincidências e discrepâncias produzidas nos diversos mapas. Posteriormente foi realizada a sistematização dos mapas mentais do conhecimento ecológico tradicional em um SIG (TEIXEIRA et al, 2013).

Segundo Chapin et al (2005) o mapeamento indígena representa uma mudança na forma como a cartografia tem sido tanto realizada quanto utilizada, e tem sido uma ferramenta poderosa nas batalhas dos povos indígenas em relação à defesa e reivindicação de suas terras ancestrais, ao manejo de seus recursos, ao planejamento o desenvolvimento econômico e quanto à preservação de suas culturas.

No entanto, existem ainda alguns obstáculos a serem enfrentados acerca da privacidade dos dados, acesso ou exclusão, posse, medidas para evitar a estratificação das comunidades ao ser introduzidas tecnologias de mapeamento, empoderamento e marginalização das populações indígenas, preservação do conhecimento tradicional e medidas que ajudem tais populações a se adaptarem e se favorecem com a onda de tecnologias eletrônicas que está os inundarem (CHAPIN et al, 2005). Bem como formas para resolver a tradução das fronteiras fluidas de comunidades indígenas em mapas ocidentais transformando-as em fixas, estáticas e compreender quais são as questões cartográficas com que os povos indígenas ainda lutam hoje, se as lutas evoluíram ou meramente mudaram de formas, se as vozes de tais povos estão sendo escutadas ou permanecem em silêncio (LOUIS et al, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento participativo tem se mostrado uma ferramenta útil uma vez que promove o engajamento em processos que alterarão as atividades das comunidades envolvidas. No entanto, tal engajamento deve ser construído através de vários estágios de envolvimento, a fim de romper resistências e minimizar os conflitos que emergem da ausência de legitimidade da informação sendo incorporada à discussão (TEIXEIRA et al, 2013). E ainda, que o conhecimento conciliado das pessoas vinculado à informação espacial tradicional é mais detalhado e atualizado que aqueles mantidos em círculos oficiais (RAMBALDI e CALLOSA-TARR, 2001).

Dessa forma, tanto o processo como o resultado de um mapeamento participativo podem conferir maior autonomia e poder de decisão uma vez que inserem a população no processo de organização do território, permitindo que se busque o desenvolvimento proposto por Souza (2006). Rompe-se, assim, com a dicotomia dos sistemas de conhecimento indígena e ocidental, permitindo uma hibridização desses conhecimentos (FEATHERSTONE, 1997; PALMER, 2012), e a possibilidade da criação de algo novo (PALMER, 2012). Tal proposta vai ao encontro do

proposto por Haesbaert (2007), Vattimo (1992) e Ortiz (1994) de rompimento de história única e a possibilidade de existência de distintas visões de mundo.

Na complexidade existente nas relações na chapada do A, o mapeamento participativo poderá vir a contribuir para assegurar a sua identidade territorial. A perspectiva da pesquisa é contribuir com o fortalecimento da reivindicação da comunidade, bem como com a discussão metodológica acerca do mapeamento participativo. Chapin et al (2005) aponta para o fato de que os países do “Sul” praticamente não tiveram oportunidades de participar de mapeamentos sistematizados e que, quando foi possível, ocorreu de forma única e simplista onde poucos tiveram a oportunidade de escolher a metodologia a ser utilizada. E deixa o seguinte questionamento: “O que deve ser feito para espalhar mais amplamente, especialmente nas extensões do Sul, os benefícios do mapeamento participativo, SIG e tecnologias espaciais”? (CHAPIN et al, 2005).

## AGRADECIMENTOS

A CAPES pelo financiamento da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ABBOT, J.; CHAMBERS, R.; DUNN, C.; HARRIS, T.; MERODE, E.; PORTER, G.; TOWNSEND, J.; WEINER, D. Participatory GIS: opportunity or oxymoron? PLA Notes 33, 1998.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS – Seção Vitória. Relatório de atividade de campo: Anchieta – ES. Vitória, mai. 2012. Disponível em: <[http://www.agb.org.br/documentos/2012/Relatorio\\_Ativ\\_Campo\\_Anchieta.05-12-AGB-Vitoria.pdf](http://www.agb.org.br/documentos/2012/Relatorio_Ativ_Campo_Anchieta.05-12-AGB-Vitoria.pdf)>

BELYEA, B. Amerindian Maps: The Explorer as Translator. **Journal of Historical Geography** . v. 18. N.3. p 267–77. 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=32](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=32)> Acessado em: 11/07/2012.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Dinâmica Urbano Regional do Estado de Espírito Santo. Vitória, 2011. 37f.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJNS). **Investimentos Anunciados para o Espírito Santo 2011 – 2016**. 49p. Vitória, ES. 2012. Disponível em: < [http://www.ijns.es.gov.br/Sitio/attachments/1275\\_Investimentos\\_Anunciados\\_2011-2016.pdf](http://www.ijns.es.gov.br/Sitio/attachments/1275_Investimentos_Anunciados_2011-2016.pdf) > Acesso em: 04/01/2012.

CHAMBERS, R. Participatory Mapping and Geographic Information Systems: Whose Map? Who is Empowred and Who Disempowred? Who Gains and Who Loses? **The Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries**. v. 25, n. 2, 2006, p. 1 – 11.

CHAPIN, M.; LAMB, Z.;THRELKELD, B. Mapping Indigenous Lands. **Annual Review of Anthropology**. v. 34., 2005 p. 619 -638.

FEATHERSTONE, M. Localismo, Globalismo e Identidade cultural. In: \_\_\_\_\_. **O Desmanche da Cultura: Globalização, Pós-modernismo e Identidade**. São Paulo: Studio Nobel/ Sesc. 1997.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: Rosendahl, Z. e Corrêa, R. L (Orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de janeiro: EdUERJ., 1999. 248 p.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: Araujo, F. G. B e Haesbaert, R. (Orgs). **Identidades e territórios: Questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: ACCESS. 2007. 136p.

HAESBAERT, R. O Espaço na Modernidade. In: \_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2009. 2ed. 186 p.

LITTLE, P. E. **Gestão territorial em terras indígenas: Definição de conceitos e proposta de diretrizes**. (Relatório final). Universidade de Brasília, Dept Antropologia, 2006.

LOUIS, R. P.; JOHNSON, J. T.; PRAMONO, A. H. Introduction: Indigenous Cartographies and Counter-Mapping. . **Cartographica**. v. 47. n. 2. 2012. p. 77 – 79.

NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION (NOAA). **Stakeholders engagement strategies for participatory mapping**. NOAA Coastal Services Center, Chalerstone, 2009.

ORTIZ, R. Cultura e Sociedade Global. In: \_\_\_\_\_. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense. 2. ed. 1994. 234p.

PALMER, M. Theorizing Indigital Geographic Information Networks. **Cartographica**. v. 47. n. 2. 2012. p. 80 – 91.

RAMBALDI, G.; CALLOSA-TARR, J. **Participatory 3-D Modeling: Bridging the Gap between Communities and GIS Technology**. Paper presented at the International Workshop on “Participatory Technology Development and Local Knowledge for Sustainable Land Use in Southeast Asia” Chiang Mai, Thailand, 6-7 June 2001

ROWLEY, J.; GANT, K. How to do participatory mapping. [s.d]. Disponível em: < <http://www.participatorytraining.co.uk/How%20to%20do%20participatory%20mapping.pdf> > Acesso em: 13 fevereiro 2013.



SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. et. al. (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 560p.

SOUZA, M. L. **A Prisão e a Ágora: Reflexões em torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.

SOUZA, M. L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A., SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57 – 72.

TEIXEIRA, J. B.; MARTINS, A. S.; PINHEIRO, H. T.; SECCHIN, N. A.; MOURA, R. L.; BASTOS, A. C. Traditional Ecological Knowledge and the mapping of benthic marine habitats. **Journal of Environmental Management**. v. 115. 2013. p. 241 – 250.

VATTIMO, G. Pós moderno: uma sociedade transparente? In: \_\_\_\_\_. **A Sociedade Transparente**. Tradução de Hossein Shooja e Isabel Santos. Lisboa: Relógio D'Água, 1992. p. 7 -17.

WEINSTEIN, M. **Aboriginal land use and occupancy studies in Canada**. Prepared for Workshop Spatial Aspects Soc. For. Syst., Chiang Mai, Thailand. 1993.